

OS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO E A EDUCAÇÃO: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL¹

Anita Helena Schlesener²
Donizete Aparecido Fernandes³

RESUMO

O presente artigo apresenta algumas reflexões sobre os conflitos agrários no Brasil, a partir das características históricas de um país que desenvolveu políticas conservadoras que garantiram legalmente a distribuição desigual da terra de modo a atender a expansão da propriedade privada e a produção de alimentos para exportação. As tensões sociais em torno da questão agrária geraram a organização do MST (Movimento dos Sem-Terra). Esse movimento se redefine no curso das lutas pela terra e com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder. A organização do movimento se encaminha para o campo educacional, com propostas inovadoras de educação do campo. A partir de 2005 é criada a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), que nasceu de um protocolo firmado durante o V Fórum Social Mundial, para a formação dos trabalhadores do campo.

Palavras-chave: Política, Educação, Educação do campo.

INTRODUÇÃO

Os conflitos agrários acontecem em geral em países que desenvolveram uma estrutura econômica sustentada por políticas conservadoras que garantiram legalmente uma forma de distribuição desigual da terra de modo a atender a expansão da propriedade privada e não os critérios de justiça social. O Brasil se caracteriza como um país colonizado por conquistadores europeus que, para alcançar os objetivos iniciais da colonização instituíram, em 1532, o Regime de Donatárias, nos moldes das sesmarias portuguesas, pelo qual se doavam grandes propriedades de terras aos portugueses degradados de seu país para que produzissem riquezas a serem

1 Esse trabalho se vincula ao Observatório de Educação II - Educação do Campo da Universidade Tuiuti do Paraná, Projeto financiado pela CAPES, do qual os autores fazem parte.

2 Professora de filosofia política e de estética da UFPR (aposentada); professora do Mestrado e do Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

3 FERNANDES, Donizete Aparecido. Doutorando do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da UTP.

exportadas. Essa primeira forma de implantação do latifúndio determinou o uso da terra e definiu substancialmente os caminhos do desenvolvimento econômico: enquanto a maioria dos países capitalistas realizaram reformas agrárias nos séculos XIX e XX, no Brasil esta reforma ainda não aconteceu.

Um país com as dimensões territoriais do Brasil continua, em pleno século XXI, marcado por tensões e conflitos em torno da questão fundiária, sem que as instituições políticas se deem conta de que a reforma agrária é de suma importância para o próprio desenvolvimento do capitalismo. A concentração fundiária no Brasil, historicamente consolidada por políticas conservadoras e muitas vezes autoritárias, tomou proporções mais amplas a partir da implementação do neoliberalismo, principalmente no governo FHC: a "área titulada pelas propriedades com mais de 2000 hectares aumentou de 112 para 124 milhões. No mesmo período, dois milhões de trabalhadores rurais foram desempregados e 960 mil sítios com área inferior a 100 hectares foram extintos" (FRANCO, 2005, p. 33). Essa população desempregada e expulsa de seu meio ambiente migra para a periferia dos grandes centros urbanos, fenômeno que se intensificou a partir da década de setenta, fomentado por políticas de concentração da terra cuja finalidade era a implementação e o desenvolvimento da agroindústria voltada à exportação. Com essa intensa migração, os problemas sociais têm-se agravado por falta de infraestrutura e ausência de políticas de formação para o trabalho capazes de absorver essa população. Esse seria um cenário próprio para confrontos extremos, não fosse a solução paliativa consolidada em políticas compensatórias que pretendem resgatar a dívida histórica gerada por uma história controlada e escrita pelas classes dominantes.

O não enfrentamento político do problema da terra encontra-se na raiz das desigualdades sociais e do alto índice de exclusão social das classes populares, cujas dificuldades de organização política têm como pano de fundo, entre outros fatores, o elevado índice de analfabetismo nas várias regiões do Brasil, que inviabiliza o exercício dos mínimos direitos civis e políticos. Foi como resultado dessa colonização baseada no tripé: latifúndio, monocultura e exportação, que excluiu as classes populares e continuou excluindo mesmo passado séculos da ocupação portuguesa levou, na primeira metade da década de 1980, ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores

sem-Terra (MST). Esse trabalho pretende levantar alguns aspectos da questão agrária no Brasil a partir das lutas do MST e da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), a fim de refletir sobre os projetos de educação do campo, fruto de um esforço coletivo dos camponeses para ter acesso à cultura historicamente produzida, base para a afirmação de sua identidade e de consolidação de suas lutas.

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para compreender esse conjunto de relações faz-se necessária a releitura dos clássicos e daqueles que os leram e interpretaram a fim de construir o arcabouço necessário para a compreensão das relações sociais, políticas e culturais que constituem as correlações de forças no atual contexto histórico. Dessa perspectiva, a articulação entre trabalho, educação e cultura coloca a necessidade de partir dos seguintes pressupostos teórico-metodológicos: o homem se produz e reproduz a partir da necessidade de criar as condições de sua sobrevivência por meio do trabalho; porém, no movimento histórico de construção das sociedades o trabalho, vital e criador de si e do mundo, transformou-se em trabalho estranhado, fatigoso e distante, na medida em que se tornou abstrato, força de trabalho apropriada e expropriada do trabalhador. Na sociedade moderna e capitalista, as relações de trabalho assumem uma característica específica enquanto força de trabalho transformada em mercadoria gerando o caráter antagônico e contraditório das relações econômicas, sociais e políticas; esse processo de expropriação atinge também as relações econômicas e sociais do campo.

A educação escolar, enquanto uma das formas de educação, é a maneira mais disciplinada e sistemática para formar para o mundo do trabalho, dentro dos objetivos capitalistas; a formulação de um projeto alternativo de educação do campo visa a contrapor ao modelo escolar vigente, essencialmente urbano, uma prática educativa voltada aos interesses do camponês, tanto na valorização de suas raízes quanto nas formas de apropriação do conhecimento sistematizado. O reconhecimento da necessidade de uma metodologia que possibilite compreender o real para além de suas aparências: uma ação educativa que integre o homem ao meio ambiente e permita-lhe elaborar uma consciência crítica que desvele as contradições que permeiam o social, o político e o cultural.

Os conceitos de educação, trabalho e cultura, articulados com os pressupostos norteadores de uma análise crítica da realidade, permitem compreender a totalidade de relações que constituem o movimento estruturante atual. Dessa perspectiva, pretende-se retomar alguns aspectos da questão da hegemonia nos escritos de Antonio Gramsci a fim de entender o movimento do real enquanto estrutura na qual se confrontam e se consolidam as relações de poder.

A noção de hegemonia, assim como o conceito de cultura, podem ser encontrados explícita ou implicitamente em vários momentos dos Cadernos do Cárcere a propósito da análise de situações históricas diversas, que vão desde a consideração da Revolução Francesa até a ascensão do fascismo na Itália. Afora o contexto histórico em que foram elaborados os conceitos gramscianos, servem para refletir sobre as contradições que permeiam as construções sociais em qualquer momento histórico.

Já no início do século XX Gramsci reconhecia que nos países de capitalismo avançado a classe ou grupos que se encontram no exercício do poder possuem reservas políticas e organizativas que lhes permitem controlar as crises econômicas e consolidar a hegemonia, principalmente recorrendo a mecanismos culturais e educacionais de formação. Tais reservas se expressam no fato que o aparato estatal serve de mediador no controle das crises e consegue organizar as forças políticas em presença. Ora, nos Cadernos do Cárcere Gramsci esclarece que essa característica se deve à força hegemônica que possui a classe dominante, força que se funda na formação de um modo de pensar e num processo cultural ao longo do qual a classe social no poder ou a classe historicamente ascendente consegue a adesão política de grandes parcelas da sociedade e inclusive de intelectuais.

A grande contribuição de Gramsci para a leitura das condições atuais dos movimentos populares se encontra em que, para Gramsci, já nas condições sociais do início do século XX, colocava-se para as classes trabalhadoras a exigência de ocupar-se da luta de classes não apenas como luta econômica e política, mas também como formação cultural para a realização de um projeto revolucionário. Isso ocorria porque Gramsci entendia que o econômico, o político e o ideológico não se dissociam, mas podem ser articulados a fim de funcionarem como mecanismos para a formação de um

consenso que gere a aceitação da ordem instituída. Tais articulações assumem formas variadas, desde a formação de um modo de pensar homogêneo, até a realização de alianças políticas (ou parcerias, com vantagens para os grupos que exercem a hegemonia.

Embora as relações de trabalho tenham assumido uma nova configuração a partir da década de 70, os pressupostos acima levantados continuam a dar sustentação ao modo de produção vigente, dando margem ao aprofundamento das formas existentes de exploração do trabalho e ao conjunto de desigualdades sociais com raízes históricas. A desregulamentação do trabalho a partir das reformas do Estado com a implantação do neoliberalismo, a informatização e as novas técnicas de comunicação, a flexibilização do trabalho, a terceirização, são alguns dos elementos que alteraram a configuração das relações de trabalho e precarizaram a situação do trabalhador.

A educação e a cultura continuam a funcionar como formadoras de hábitos e costumes que adequam aos objetivos da sociedade assim instituída. O modo como as classes trabalhadoras recebem e assimilam o ideológico no contexto das relações de hegemonia ou as formas de resistência que criam para sobreviver com dignidade fazem parte do que chamamos luta de classes, que não se caracteriza pelo enfrentamento aberto, mas pela criação de estratégias políticas e ideológicas para manter ou para subverter as relações de poder. Ora, para Gramsci a fragilidade histórica das classes subalternas está precisamente em não desenvolverem um pensamento autônomo senão no momento em que se mobilizam para a luta efetiva, isto porque o trabalho da teoria exige a atividade prática. A produção de bens materiais precisa ser acompanhada pela produção e apropriação dos bens simbólicos que, no contexto da sociedade capitalista, formam o horizonte ideológico homogêneo que informa também o pensamento das classes subalternas.

A cultura apresenta-se, nesse contexto, como saber que se produz na ação, por meio da qual o pensar se cria e se transforma. A relação necessária entre teoria e prática na produção do conhecimento e a importância de um desenvolvimento cultural autônomo das classes subalternas são fundamentais para a concreticidade das lutas por uma nova sociedade. É dessa organização e formação educacional na "ação concreta do homem que, por suas necessidades históricas, age e transforma

a realidade”, (GRAMSCI, 1978, p. 657) que podem nascer as condições de emancipação.

A tendência a romper com os paradigmas tradicionais de educação escolar pelos movimentos sociais camponeses é muito importante tanto por seus resultados quanto pela afirmação de uma leitura crítica da realidade, necessária para a elaboração de um pensamento autônomo. Os pressupostos teórico-metodológicos embasados no pensamento de Antonio Gramsci possibilitam conhecer melhor as possibilidades e limites desses novos paradigmas, com grandes possibilidades de reconstrução do movimento camponês e de reformulação da questão agrária. Trata-se de uma nova perspectiva educacional que possibilita colocar em questão os interesses econômicos e políticos das classes dominantes evidenciando as contradições que permeiam a nossa construção histórica. Para o desenvolvimento do capitalismo o resgate da “dívida social histórica” apresenta-se hoje como uma condição para o próprio desenvolvimento econômico de um país emergente imerso numa crise econômica internacional; para as classes trabalhadoras, em especial os camponeses, trata-se de uma luta tanto pela sobrevivência de suas famílias quanto a luta por um novo projeto de sociedade, mais humano e menos desigual.

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO E DAS LUTAS DO MST

A luta pela reforma agrária no Brasil tem marcos históricos importantes, visto tratar-se de um país no qual as políticas prevalentemente autoritárias ou organizadas de cima para baixo definiram substancialmente os caminhos do capitalismo conservador, sem enfrentar na raiz a questão agrária. O Brasil é um país de grandes proporções territoriais e historicamente um dos grandes exportadores de produtos agrícolas no mercado internacional, opção renovada a partir da implementação do neoliberalismo: a estrutura de latifúndio dominada por uma oligarquia rural tradicional foi redefinida com o incentivo ao agronegócio e a inserção de novas tecnologias de produção. Essa é uma das grandes contradições da política de um partido como o PT, que nasceu das lutas sociais dos trabalhadores rurais e urbanos a partir de um projeto de mudança estrutural da sociedade: empenhar-se na expansão capitalista e no padrão agroexportador enquanto, para as classes populares em

geral, dedicar poucas medidas compensatórias de caráter imediatista relegando a segundo plano (ou mesmo abandonando) o projeto inicial. Essa transformação pode ser identificada a partir de 2002 quando, abandonando as principais bandeiras populares, como a reforma agrária, a suspensão da dívida externa e a nacionalização da economia, o Partido dos Trabalhadores (PT) fez uma aliança com setores do capital para eleger Lula Presidente.

Os anos de PT no poder tem causado grandes mudanças nas ações teórico/práticas dos movimentos sociais. Muitas lideranças hoje fazem parte do governo, e movimentos historicamente de oposição aderiram a uma postura propositiva, o que fica muito claro nas ações da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Movimentos sociais antes revolucionários estão gradativamente assumindo bandeiras reformistas. O Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) não ficou imune a essa conjuntura, embora existam no movimento setores mais radicais que nunca estiveram vinculados ao PT.

Da perspectiva histórica, o MST nasceu e se consolidou com força reivindicatória a partir de 1985, com o fim da ditadura militar, com o objetivo de organizar os trabalhadores do campo e unificar suas lutas pela terra a fim de fazer frente ao movimento de expansão das fronteiras agrícolas tanto nas áreas colonizadas quanto nas grandes extensões de florestas. O MST se considera herdeiro das lutas populares: da formação de quilombos, às lutas pela terra em Canudos, Contestado, Ligas Camponesas, etc. Seu nascimento está ligado ao aprofundamento da exclusão das classes populares acentuada durante a ditadura (1964-1985), que se voltou à expansão das fronteiras agrícolas. O primeiro encontro nacional dos trabalhadores sem terra aconteceu em Cascavel-Paraná, reunindo representantes de movimentos sociais e sindicatos rurais, isso aconteceu em 1984.

O MST tem se destacado como o único movimento social brasileiro que propõe outro projeto societário. Por isso, tem clareza que não é só a reforma agrária que vai resolver os problemas do país e das classes populares. A conquista da terra é necessária para a sobrevivência de muitas famílias camponesas, desalojadas no processo de concentração fundiária.

Com o lema *Ocupar, Resistir e Produzir*, o MST nasceu para se opor ao formato agrário brasileiro, ainda com características marcadamente coloniais, baseado na tríade latifúndio, monocultura,

exportação e, a partir de suas atuações, tem sofrido ao longo de sua história um ataque perverso por parte do capital. Assassinatos de trabalhadores sem-terra ainda são muito comuns. Temos como exemplo mais emblemático, o massacre de Eldorado dos Carajás, onde morreram, no confronto com a polícia, 21 trabalhadores que marchavam para a capital do Pará, na luta por reforma agrária. Muitos outros já foram assassinados nos confrontos ou pelas milícias dos fazendeiros; na quase totalidade dos casos, os mandantes continuam impunes. Em memória aos mártires de Carajás, o MST criou o 'abril vermelho', mês em que ocorreu o massacre e todos os anos, no mês de abril são intensificadas as ocupações de terra e as manifestações do movimento por todo o país.

A desqualificação dos movimentos pela terra e pela reforma agrária pelos meios de comunicação de massa é outro mecanismo eficaz para colocar a sociedade contra o movimento; expressões com 'invasões' de terras, 'baderneiros', 'proveitadores', etc., são frequentes nos noticiários, fazendo com que a grande parcela da população, que não tem acesso a uma discussão mais qualificada, forme opinião sobre o movimento, mesmo sem conhecê-lo. A necessidade de uma aproximação com a sociedade civil e as próprias condições de organização interna do movimento geraram a proposição de caminhos alternativos de formação disciplinada dos seus participantes.

O percurso até agora percorrido pelo MST tem mostrado a necessidade de aliar ao movimento político a um projeto educativo inovador pela criação de uma estrutura educacional alternativa, tendo como principais pautas a luta por uma Educação do Campo e pela Agroecologia. Para tanto, foi criada em 2005 a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), que acentuou a dimensão política da educação no contexto do movimento dos trabalhadores sem terra.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A ESCOLA LATINO-AMERICANA DE AGROECOLOGIA (ELAA)

A Educação do Campo é uma conquista dos movimentos sociais a partir de lutas pela reforma agrária e recebe abordagens diversificadas, conforme os pressupostos teóricos que orientam os

que se empenham na busca de uma educação de qualidade para o trabalhador do campo. Conforme postulação de Souza (2006), sua origem está demarcada no final dos anos de 1980, quando os trabalhadores dos assentamentos começam a questionar a falta de escolas nos assentamentos e os conteúdos trabalhados na escola e, a partir daí, indagam: Como fazer a escola que queremos? Como construir uma educação que tenha significado para os trabalhadores? Posteriormente, em 1997, por ocasião do "I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária" (I ENERA), e em 1998, com a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, o tema foi aprofundado. Esses eventos foram impulsionados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

A Educação do Campo é expressão de uma prática coletiva, constituída num movimento social de luta pela terra (MST), que agrega outros movimentos sociais. Essas práticas adentraram as Universidades, que respaldaram as demandas dos movimentos sociais com a criação de cursos de especialização, graduação em educação do campo, grupos de estudos etc. As ações em parceria retiraram do movimento a sua radicalidade inicial, mas também possibilitaram a saída do isolamento e da precariedade de recursos para efetivar o projeto educativo.

Souza sintetiza o significado e a importância desse campo educacional ao afirmar que a educação do campo no Brasil tem sido objeto de análise, "desde as ações realizadas na vertente oficial, como resultado de políticas públicas que tem o Estado como organizador e executor da mesma, até as ações na vertente popular, tendo os movimentos sociais como impulsionadores das políticas públicas e das ações educacionais do campo". Essas reflexões revelam uma realidade desconhecida e esquecida "nas escolas em geral e quase sempre deixados à margem nas escolas localizadas no espaço urbano". As discussões acadêmicas sobre didática, prática de ensino e outras disciplinas orientam-se para "as discussões da realidade urbano-industrial, deixando à margem o debate sobre a realidade brasileira e nela as relações sociais que caracterizam o campo (SOUZA, 2006, p. 23).

A Educação do Campo busca recriar, como fundamento histórico, o conceito de camponês, utilizando, para isso, a categoria "campo" como sinal significativo de tal recriação; refere-se, assim, ao conjunto de trabalhadores que habitam uma determinada realidade camponesa. Abre-se um grande leque de povos que podem ser denominados pertencentes ao campo como os descendentes de imigrantes europeus, os quilombolas, os indígenas, os pescadores, os caiçaras, os caboclos, os boias-frias, os seringueiros, os povos da floresta, os caipiras, os peões, os lavradores, os posseiros, os sem-terra, os roceiros, os sertanejos, os mineradores etc.

Nesse sentido, é preciso diferenciar Educação do Campo da Educação Rural, adotada pelo Estado na década de 1960 como estratégia de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade., que atendia aos interesses da elite brasileira, então preocupada com o crescimento do número de favelados nas periferias dos grandes centros urbanos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, em seu art. 105, estabeleceu que "os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais". (LDB, 1961).

A proposta da Educação do Campo defendida pelos movimentos sociais organizados rompe com o paradigma da urbanização, que vê o campo como atraso e uma etapa de desenvolvimento a ser superada, expresso na ideia de educação rural, que não compreende a diversidade cultural e no máximo pretende instrumentalizar o camponês para uma maior produção de mais-valia. As salas multisseriadas e o descaso do poder público deixam notória essa perspectiva. A conquista de uma Educação do Campo que garanta a diversidade cultural, que possibilite a construção e reconstrução do mundo camponês, que seja capaz de pensar outro projeto de sociedade etc., depende da capacidade de organização e pressão que os movimentos sociais organizados exercem no âmbito das correlações de forças existentes nessa sociedade de classes.

Nesse contexto, o "movimento social questiona o paradigma da educação rural e propõe a educação do campo como um novo paradigma para orientar as políticas e práticas pedagógicas ligadas aos trabalhadores do campo". As novas experiências educativas colocam em questão os interesses e a visão de mundo das classes

dominantes "expressos no paradigma da educação rural e as contradições do modo de produção capitalista (SOUZA, 2007, p. 4).

A Educação do Campo é uma conquista dos movimentos populares e, por isso, é relevante para o debate contemporâneo sobre as formas de enfrentamento dos conflitos sociais que podem tanto resultar na luta pela transformação, quanto em reforma ou manutenção do *status quo*. Hobsbawm define os movimentos sociais como reformistas ou revolucionários: os reformistas acreditam que são necessárias algumas mudanças para que a vida social seja mais tolerável, sem a necessidade de se modificarem as estruturas. As contradições secundárias constituem-se como alvo privilegiado do embate de movimentos desse tipo. Na atualidade, quase a totalidade dos movimentos sociais pode ser caracterizada como reformista. Em contrapartida, os movimentos revolucionários sempre estarão travando um embate com as contradições primárias e propondo a desmontagem / destruição das estruturas e a construção de um novo projeto societário. Porém, a partir de uma análise precisa da conjuntura, as ações desses movimentos podem ser modificadas. Existem períodos em que as negociações, parcerias etc. se justificam. É comum muitos movimentos revolucionários permanecerem, acostumarem ou acreditarem nessa tática e abandonarem por vezes as bandeiras revolucionárias (HOBSBAWM, 1970).

Scherer-Warren define movimentos sociais como sendo "uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção) (SCHERER-WARREN, 1987, p. 20). Nessa abordagem destacam-se quatro componentes dos movimentos sociais: a práxis, o projeto, a ideologia e a direção e organização. Esses elementos são imprescindíveis na vida orgânica dos movimentos, quando articulados dialeticamente. Outra questão importante trazida pela autora é a noção da não passividade, ou seja, o dominado reage à opressão do dominador, buscando sua libertação, baseando-se na sua utopia. Nesse sentido, os movimentos populares adquirem um papel importantíssimo de resistência a qualquer tipo de opressão.

Maria da Glória Gohn define movimentos sociais como sendo "ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais articuladas a

certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil" (GOHN, 2000, p. 251). Essas articulações estruturam as ações e redefinem as correlações de forças sociais. Para os movimentos sociais inseridos no movimento de produção dessa realidade é imprescindível a capacidade de fazer análise de conjuntura, pois dessa maneira as táticas e estratégias de luta de classes podem ser modificadas.

Um ponto importante a salientar é a criação da Escola Latino-Americana de Agroecologia. (ELAA), que nasceu de um protocolo firmado em 2005, durante o V Fórum Social Mundial, entre a Via Campesina (representante de uma parcela dos movimentos sociais camponeses), o Governo do Estado do Paraná e os Governos do Brasil, da Bolívia e da Venezuela. Nesse protocolo as partes envolvidas se propõem desenvolver ações a fim de promover a soberania alimentar dos povos, assegurar as sementes e a biodiversidade como patrimônios dos povos a serviço da humanidade e a agroecologia como ciência orientadora da reconstrução agroecológica da agricultura e da divulgação deste conhecimento e, ainda, a criação de cursos universitários de agroecologia.

A ELAA está organizada no Assentamento do Contestado, no Município da Lapa - PR, onde foi estabelecido o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, atendendo educandos ligados a Movimentos Sociais do campo, articulados na Via Campesina da América Latina. Entre esses movimentos destaca-se o MST, que já possuía uma ampla jornada no tocante a escolas técnicas de nível médio. É importante frisar que a ELAA encontra-se organizada num assentamento pertencente ao MST. A UFPR, através da sua Escola Técnica, assumiu a certificação e o Instituto Federal do Paraná (IFPR) é que desenvolve esse trabalho.

Segundo Tardin e outros (2009), o objetivo da ELAA é qualificar os conhecimentos dos jovens camponeses para uma atuação junto às famílias dos assentamentos de reforma agrária formando para a "promoção da agroecologia e da cooperação e ação militante para a transformação da sociedade". Dessa maneira, os educandos e educandas são indicados pelas organizações e comunidades camponesas às quais estão vinculados.

Uma das especificidades dessa instituição repousa no fato de os educandos serem indicados pelas próprias organizações e comunidades camponesas as quais se vinculam, ou seja, são

jovens que, ao menos em tese, apresentam um perfil semelhante, notadamente quando à consciência que têm das questões pertinentes ao meio de que fazem parte. Uma das características da ELAA é a utilização da Pedagogia da Alternância⁴. Dessa forma, o curso é organizado em módulos cuja duração é de aproximadamente 75 dias, o Tempo Escola, com espaço de aproximadamente 90 dias entre eles, o Tempo Comunidade. Redefinir os tempos de aprendizagem torna-se importante na construção das experiências de relação de pertencimento à comunidade e à natureza. “Os tempos educativos possuem uma intencionalidade pedagógica, com função de contribuir para a qualificação do conhecimento não só da agroecologia, mas também dos processos organizativos dos movimentos sociais e do desenvolvimento humano em geral” (TARDIN et. al. 2009, p. 7).

Em relação ao Tempo Comunidade, segundo os coordenadores da ELAA, os educandos continuam vinculados aos seus movimentos sociais e comunidades de origem. Durante esse tempo, os educandos desenvolvem atividades diversas do curso, como estágios, pesquisas recomendadas por educadores, sistematização de experiência agroecológicas, leituras orientadas e trabalho de Conclusão de Curso, bem como atividades determinadas pelo movimento social do qual fazem parte, constituindo este conjunto de ações pedagógicas e politicamente orientadas o plano de atividades que referencia o processo de avaliação.

Para Tardin, a concepção pedagógica desenvolvida na ELAA propõe que não basta apenas um processo de formação técnica para estes educandos, e nessa direção o perfil do formando se expressa como militante-técnico-pedagogo da agroecologia, comprometido e qualificado a estabelecer mudanças nas formas de assessoria às famílias camponesas superando a “insistência técnica” para a convivência dialógica.

A metodologia utilizada pela escola tem como fundamento o pensamento de Paulo Freire, denominada de diálogo e saberes. Com essa metodologia, a partir de suas histórias de vida, pretende-se que

4 A Pedagogia da Alternância tem origem na Europa, precisamente na França, nos meados da década de 1930. Surge da necessidade de um grupo de agricultores franceses em pensarem a educação do campo a partir do campo. Isto porque o modelo de educação tem sido pensado exclusivamente a partir do mundo urbano. Com a consolidação do liberalismo, a educação assume um papel de possibilidade de ascensão social. As cidades viram sinônimo de progresso e civilização, sendo o campo o representante do atraso e do não desejável para uma vida moderna.

essas famílias vão avançando na compreensão dos agrossistemas a fim de desenvolver ações em direção à transição a agroecologia. Uma das singularidades da ELAA é a utilização da Pedagogia da Alternância, não apenas como uma forma de trabalhar a Educação do Campo mas, sobretudo, com o objetivo claro de transformação social, que necessariamente é perpassada por uma consciência agroecológica. Dessa maneira, a transição da produção tradicional para a produção agroecológica é uma questão imperiosa.

No Brasil, somente no final dos anos de 1960 é que surgiu a Pedagogia da alternância, com uma primeira experiência no Estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três Escolas Famílias Agrícolas. Porém, o primeiro trabalho acadêmico produzido sobre essa temática data de 1977, pesquisa essa desenvolvida por Paolo Nosella. Com o passar dos anos, o número de pesquisas aumentou e a Educação do Campo passou a ser tema de debates e de relevante produção intelectual.

O trabalho e o envolvimento de intelectuais a esta temática acena para a possibilidade da efetivação e aprofundamento de uma Educação do Campo, que seja pensada e construída a partir das necessidades e perspectivas camponesas. No atual desenvolvimento da forças produtivas os camponeses têm condições de produzirem seus próprios intelectuais. É nessa certeza que se fundamenta o trabalho desenvolvido pela ELAA.

OBSERVAÇÕES CONCLUSIVAS

Constata-se que, passado mais de meio milênio do início da colonização, a estrutura fundiária brasileira pouco mudou. A crescente concentração de terras e a violência contra os camponeses e indígenas continuam muito comuns. A implementação do neoliberalismo, longe de resolver o problema, ampliou as condições de concentração fundiária no Brasil, principalmente no governo FHC, mostrando que a Reforma Agrária tanto almejada pelos camponeses organizados não está incluída na pauta das classes dominantes. O Partido dos Trabalhadores, a partir de sua ascensão ao poder e das alianças firmadas com partidos conservadores, abandonou seu projeto inicial de transformações radicais e optou por políticas reformistas que, no conjunto, atuam como desmobilizadores dos movimentos sociais e, no conjunto, incentivam o agronegócio,

adequam as classes populares ao modelo econômico instituído mas, no discurso, continuam a alimentar expectativas de mudança por inclusão social e parcerias. Essa prática de uma “esquerda” que, no dizer de Virgínia Fontes (2013, p.109), não se contenta apenas em “utilizar termos e reivindicações populares”, mas pretende “conservar as rédeas de organizações construídas através de lutas, garantindo sua incorporação subalterna à ordem do capital”, desmobiliza e retira dos mesmos movimentos a sua força reivindicatória.

Esse encaminhamento político tem sido abordado com pressupostos gramscianos para demonstrar que os objetivos revolucionários substituídos por reformas concretizadas em políticas compensatórias, caracterizam uma forma de revolução passiva (VIANNA, 1978; PANSARDI, 2007), própria da correlação de forças e embates no contexto da relações de hegemonia. No âmbito da revolução passiva tem-se o transformismo enquanto um procedimento político de absorção, pelas classes dominantes, dos dirigentes produzidos no movimento das classes dominadas ou subalternas. Trata-se de mecanismos que permitem aos grupos hegemônicos absorverem, com cooptação de lideranças, algumas demandas populares dentro de um contexto reformista que, no fundo, responde a seus interesses de classe dominante que procura se fortalecer no poder. Na correlação de forças, os grupos subalternos também modificam as suas perspectivas e redefinem suas práticas na medida em que seus dirigentes, agora no poder, abrem possibilidades de parcerias e reformas, amenizando os confrontos.

Este procedimento se percebe nas práticas do PT no poder, assim como nas alterações internas dos movimentos e, principalmente, nas definições educativas que aqui abordamos: devido à luta dos Movimentos Sociais, a Educação do Campo tem alcançado uma maior visibilidade e se delinea como alternativa e contraponto à Educação Rural.

No contexto das possibilidades de reformas que se abrem com parcerias no governo do PT, é importante e necessário discutir o projeto de educação que os Movimentos Sociais defendem para a consolidação de uma sociedade, mesmo que não no projeto de uma nova ordem social. Não só compreender a proposta, mas ter clareza da luta empreendida para construção e consolidação da Educação do Campo, a fim de abrir novas perspectivas de formação para os trabalhadores. Compreender para contrapor e criar condições

de retomar formas de resistência, porque o movimento ruralista se consolida no poder e se alia ao PT para defender a expansão fundiária e o agronegócio (que, no fundo, redefine a noção e a prática de latifúndio).

ABSTRACT

This paper presents some reflections on land conflicts in Brazil, from the historical characteristics of a country that has developed conservative political that legally guaranteed the unequal distribution of land to meet the expansion of private property and the production of food for export. Social tensions around agrarian question have led the organization of the MST (Landless Movement). This movement is redefined in the course of struggles for land and with the ascent of the Labor Party to power. The organization of the movement is headed in the educational field, with innovative proposals for rural education. From 2005 is created the Latin American School of Agroecology (ELAA), who was born of a protocol signed during the Five World Social Forum, for the formation of field workers.

Keywords: Politics. Education. Field Education.

RESUMEN

Este artículo presenta algunas reflexiones sobre los conflictos de tierras en Brasil, a partir de las características históricas de un país que ha desarrollado políticas conservadoras que legalmente garantizan la distribución desigual de la tierra para satisfacer la expansión de la propiedad privada y la producción de alimentos para la exportación. Las tensiones sociales por cuestiones de tierras llevaron a la organización del MST (Movimiento Sin Tierra). Este movimiento es redefinido en el curso de las luchas por la tierra y con el ascenso del Partido Laborista al poder. La organización del movimiento se dirige en el ámbito educativo, con propuestas innovadoras para la educación campesina. Se crea a partir de 2005, la Escuela Latinoamericana de Agroecología (ELAA), que nació de un protocolo firmado durante el quinto Foro Social Mundial, para la formación de los trabajadores en el campo.

Palabras Clave: Política. Educación. Educación campesina.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli S; MOLINA, Mônica C. *Por uma Educação do Campo*. São Paulo: Vozes, 2004.

Os conflitos sociais... - Anita H. Schlesener e Donizete A. Fernandes

BADALONI, Nicola. Liberdade individual e homem coletivo em Gramsci. In: Instituto Gramsci, *Política e história em Gramsci*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 09-69.

_____. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, v. X, 1991.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961.

CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

DIAS, Edmundo Fernandes. Compreender o real, demonstrar sua inteligibilidade. In: SCHLESENER, A. H. E PANSARDI, M. V. (Orgs.). *Políticas Públicas e Gestão da Educação*. Curitiba: Ed. UTP, 2007.

FONTES, Virgínia. A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. In: *Crítica Marxista*, n. 36, 2013, pp. 103-113.

FRANCO, Tania Mara. *Educação e ação: o novo no velho agrário*. Expressão Popular, 2005.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, Loyola, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1978.

HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

LIBERATO, Ana Paula Gularte. *Reforma Agrária: Direito Humano fundamental*. Curitiba: Juruá, 2004.

LOURDES, Helena S. Educação do Campo e Pedagogia da Alternância. *Revista de Ciências da Educação*, 2007. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=15&p=112>. Acesso em: 18 nov. 2012.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Grijalbo, 1976.

PANSARDI, M. V., Revolução passiva e educação: uma leitura política sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil. In: SCHLESENER, A. H. (Org.). *Política e educação: perspectivas e desafios*. Curitiba: UTP, 2007, p. 149-164.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica*. Florianópolis, Editora UFSC, 1987.

SOUZA, Maria A. *Educação do Campo: Políticas, Práticas Pedagógicas e*

Os conflitos sociais... - Anita H. Schlesener e Donizete A. Fernandes

Produção Científica, 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 07 fev. 2010.

SOUZA, Maria A. *Educação do Campo-propostas e praticas pedagogicas do MST*. Petrópolis: Vozes, 2006.

TARDIN, J. M; HADICH, C. L. A; MAIER, S. M; VALADÃO, A. C; MOREIRA, S. S; KENFIELD, I. ELLA – *Uma Escola Camponesa para a Emancipação Humana*. Escola Latino Americana de Agroecologia. Lapa, p. 04-12, 2009.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Aprovado em outubro de 2014
Publicado em março de 2015